



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

174
M

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0002489-67.2012.8.17.1480 (0329177-4)

Agravante: TIM Nordeste S.A.

Agravado: Enildo José Rodrigues da Silva

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES DE LITISPENDÊNCIA E CONEXÃO. REJEITADAS. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. AUSÊNCIA DE PROVA DA LEGITIMIDADE DA DÍVIDA COBRADA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MANUTENÇÃO. CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. DESLEALDADE PROCESSUAL NÃO OBSERVADA. DESCABIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Insurge-se o agravante contra a decisão terminativa que deu provimento parcial ao recurso de apelação da TIM Nordeste S.A., apenas no capítulo referente à taxa de juros moratórios, aplicando a taxa SELIC, sem incidência de outro indicie de correção monetária.

2. No caso em discussão, a tríplice identidade entre partes, causa de pedir e pedido não foi efetivamente demonstrada, uma vez que não há coincidência de pedidos relativamente a presente ação e aquelas indicadas pelo recorrente, inscrições indevidas derivadas de diferentes contratos, sendo essa uma condição essencial para se reconhecer a preliminar argüida. Precedentes.

3. A respeito da conexão, pela regra do art. 103 do CPC, "reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir". A hipótese dos autos não comporta tal medida, pois as inscrições indevidas foram decorrentes de contratos diversos e tem causa de pedir diferente umas das outras. Precedente.

4. Restou incontroversa a situação vivenciada pelo agravado, com o seu conseqüente prejuízo moral, até porque inexiste nos autos prova da contratação do serviço pelo recorrido que justificasse o lançamento do débito em seu nome, com posterior negativação em órgão de restrição ao crédito.

mf

5. O montante arbitrado pelo juízo *a quo* no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) revela-se adequado tanto em relação à reparação da lesão suportada, quanto à sanção que deve ser imposta à agravante, não se afigurando exacerbado. Precedentes.



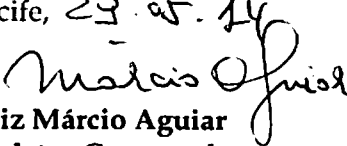
ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

6. Para que a parte seja condenada em litigância de má-fé, os pedidos devem ser infundados ou dessarrazoados, o que não foi observado. Ressalte-se, ainda, que, sem a existência de deslealdade processual, e do efetivo prejuízo para uma das partes, não deve a outra parte ser condenada por litigância de má-fé.

7. Agravo improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0002489-67.2012.8.17.1480 (0329177-4), em que figuram como Agravante TIM Nordeste S.A. e Agravado Enildo José Rodrigues da Silva, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo integralmente a decisão hostilizada. Tudo conforme a ementa e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 29.05.14

Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0329177-4

Agravante: TIM Nordeste S.A.

Agravado: Enildo José Rodrigues da Silva

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

RELATÓRIO

Por decisão terminativa de fls. 119/131, a Relatoria deu provimento parcial ao recurso de apelação da TIM Nordeste S.A., apenas no capítulo referente à taxa de juros moratórios, aplicando a taxa SELIC, sem incidência de outro índice de correção monetária.

Irresignada com a mencionada decisão monocrática, a ré TIM Nordeste S.A. interpôs o presente agravo legal previsto no §1º do art. 557 do Diploma Processual Civil, aduzindo, preliminarmente, a existência de litispendência, pois além do caso em tela, foram distribuídos outros 6 (seis) processos com o mesmo objeto da presente lide. Pleiteia, subsidiariamente, o reconhecimento da conexão entre este e os demais feitos que versam sobre o mesmo objeto.

Requer, em seguida, a condenação da demandante por litigância de má-fé, diante da omissão da verdade dos fatos por ela perpetrada, ao alegar que nunca teve relação comercial com a ré, quando as provas colacionadas aos autos evidenciam a inexistência de fraude.

No mérito, argumenta que inexistiu qualquer ato ilícito praticado pela TIM, sendo o débito que originou a cobrança plenamente devido, pois decorrente de serviços efetivamente disponibilizados e utilizados em virtude de solicitação da própria parte autora.

Prosseguem asseverando que os eventuais danos sofridos pela autora foram decorrentes do não pagamento tempestivo dos débitos cobrados, o que afasta a responsabilidade da ré, ante a culpa exclusiva da vítima (art. 14, § 3º, II, CDC).

Reforça, ainda, a não configuração dos danos de ordem moral, pugnando, subsidiariamente, pela sua redução.

177
A

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

VOTO

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o inteiro teor da decisão terminativa proferida na Apelação Cível nº 0329177-4:

"DECISÃO TERMINATIVA:

Cuida-se de apelação cível interposta por TIM Nordeste S.A., contra sentença da lavra do MM Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Timbaúba, que, nos autos da Ação de Desconstituição de Débito c/c Danos Morais com Pedido de Tutela Antecipada, movida por Enildo José Rodrigues da Silva, julgou procedente o pedido inicial, condenando a ré ao pagamento do valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos monetariamente pela tabela ENCOGE, a partir da decisão, e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, a partir da data do evento danoso. Por fim, condenou a sucumbente em custas e honorários advocatícios, estes na razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

A TIM Nordeste S.A., nas razões de sua apelação, aduz: (i) preliminar de litispendência; (ii) preliminar de conexão; (iii) litigância de má-fé; (iv) a legalidade da cobrança das faturas, em virtude da obrigatoriedade dos negócios jurídicos, posto que forneceu os serviços solicitados; (v) que não há dano moral a ser indenizado, haja vista inexistir prova de sua ocorrência; (vi) que o valor arbitrado a título de dano moral foi exorbitante, não guardando proporção com o suposto dano sofrido; (vii) a aplicabilidade da taxa SELIC em sede de juros moratórios e a impossibilidade de cumulação com correção monetária.

Pugna pelo provimento do apelo, para ver reformada a sentença, e, em sucessivo, acaso mantida a condenação, requer a minoração do quantum indenizatório para o patamar máximo de 01 (um) salário mínimo.

Sem contrarrazões, apesar de devidamente intimado o autor, conforme certidão de fls. 110.

É o que, em suma, importa relatar.

PRELIMINAR - LITISPENDÊNCIA

Suscita, a apelante, a preliminar de litispendência em virtude de o autor ter ingressado anteriormente em juízo, supostamente com o mesmo objeto.

mf

178
M

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Pois bem. A partir de uma análise dos §§ 1º e 2º do art. 301, do CPC, a litispendência justifica-se pela reprodução de ação anteriormente ajuizada, sendo caracterizada pela idêntica apresentação das partes, da causa de pedir e do pedido.

Sobre o tema, oportuno conferir os seguintes precedentes:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO LEGAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. LITISPENDÊNCIA. COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA. DESCUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COBRANÇA ABUSIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. 1. Para haver litispendência ou coisa julgada, necessária a ocorrência da tríple identidade entre as ações, isto é, mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo pedido, o que não ocorreu no caso destes autos. 2. A cobrança indevida de débito desconstituído judicialmente dá ensejo a reparação por danos extrapatrimoniais, até porque a empresa ora agravante se mostrou reincidente e alheia à ordem judicial. 3. Recurso de agravo a que se nega seguimento por unanimidade". (TJ-PE - AGV: 2059890 PE 0009461-31.2012.8.17.0000, Relator: Francisco Manoel Tenorio dos Santos, Data de Julgamento: 27/09/2012, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 188)

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. LITISPENDÊNCIA. INOCORRÊNCIA. AÇÕES COM DISTINTAS CAUSAS DE PEDIR. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÍVOCA. a) Para a configuração da litispendência, nossa lei processual adotou a teoria da tríple identidade, que demanda a coincidência de partes, pedidos e causas de pedir; b) No caso em apreço, a identidade de partes é apenas parcial e as causas de pedir são distintas - permissão a duas empresas diferentes do serviço de transporte público municipal de passageiros -, o que descaracteriza a litispendência, constituindo, por conseguinte, a mera conexão entre as causas; c) Recurso conhecido e provido à unanimidade". (TJ-PE - APL: 74651820098170480 PE 0007465-18.2009.8.17.0480, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 25/09/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 181)

No caso aqui discutido, essa tríple coincidência não foi efetivamente demonstrada, uma vez que não há identidade de pedidos relativamente a presente ação e aquelas indicadas pelo apelante - são inscrições indevidas derivadas de diferentes contratos, fls. 11/12 - sendo essa uma condição essencial para se reconhecer a preliminar argüida.

Desse modo, rejeito a preliminar levantada.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

PRELIMINAR - CONEXÃO

A respeito da conexão, pela regra do art. 103 do CPC, "reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir".

A hipótese dos autos não comporta tal medida, pois as inscrições indevidas foram decorrentes de contratos diversos e tem causa de pedir diferente umas das outras.

Neste sentido:

"COBRANÇA. AGÊNCIA DE TURISMO. PRELIMINAR. CONEXÃO. NÃO ACOLHIDA. EMISSÃO. BILHETE AÉREO. CARTÃO CLONADO. 1) O Código de Processo Civil, no seu art. 103, adotou a teoria tradicional, viabilizando a conexão quando em duas ou mais ações for comum o objeto ou a causa de pedir. 2) Consoante a juíza a quo, em sede de sentença, "as duplicatas cobradas são diferentes das pleiteadas nesse feito, conforme se pode inferir da descrição dos fatos consignados naquele feito (fls. 95), comparando-se com aqueles descritos às fls. 03 da inicial (...) resta evidente a ausência do elemento essencial, a saber: a identidade de objeto para configuração da conexão, inobstante as indigitadas ações possuírem as mesmas partes". 3) Seja como for a venda do bilhete aéreo, por telefone ou pessoalmente, para a concretização segura desse procedimento, as empresas autorizadas devem se cercar de diligências necessárias, para que não venham a suportar prejuízos futuros, em caso de não reconhecimento do débito por parte da administradora dos cartões. 4) Apesar de a agência de turismo afirmar que tomou todas as precauções possíveis a fim de se certificar da validade da operação, tal alegação, por si só, não é capaz de afastar sua responsabilidade pelos prejuízos decorrentes da venda em exame. 5) Não consta nos autos cópia de documentos dos portadores dos cartões, registro de números dos cartões ou qualquer outro meio probatório, não comprovando o alegado. 6) a autorização pela administradora do cartão de crédito consiste apenas na conferência de saldo para cobertura da compra, bem como a aferição de comunicação quanto ao roubo ou extravio, não eximindo o comerciante da responsabilidade de ter agido com negligência, pois deveria ter identificado o portador do cartão, exigindo a apresentação de identidade e comparando as assinaturas". (TJ-PE - APL: 163974520078170001 PE 0016397-45.2007.8.17.0001, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 03/01/2012, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 07)

Com essas considerações, não merece acolhimento tal pretensão recursal.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

5

180
M

MÉRITO:

É forçoso reconhecer, primeiramente, que a matéria de mérito posta ao Colegiado deverá ser julgada nos moldes do art. 557 do CPC, o qual prevê diversas hipóteses que, configuradas, habilitam o relator a julgar monocraticamente os recursos interpostos das decisões proferidas nas ações judiciais.

Alega o autor ter sido negativado em virtude do não pagamento de débito junto à empresa ré, no valor de R\$ 145,06 (cento e quarenta e cinco reais e seis centavos) e vencimento em 07/04/2008, relativo à cobrança de fatura de suposto contrato firmado com a ré.

Defende que "o autor jamais efetuou qualquer contrato de prestação de serviço de telefonia móvel com o réu, sendo absolutamente indevida a cobrança feita pela ré", conforme narrado à fl. 03. Aduz, ainda, que houve inclusão indevida de seu nome em serviços de proteção ao crédito por dívida inexistente, o que configura dano moral.

A ré, em sede de apelação, alegou que o débito contestado é legítimo e decorre de regular contratação, de modo que a sua inclusão nos órgãos de proteção ao crédito era medida legal e cabível, inexistindo, portanto, qualquer dano moral indenizável.

Inicialmente, enfatizo que *in casu* estamos diante de uma relação de consumo, sob a aplicabilidade das normas contidas no Código de Defesa do Consumidor.

Em se tratando de relação de consumo, uma vez que o fato originário é uma prestação de serviços, cabível a inversão do ônus da prova, conforme dispõe o art. 6º, VIII do CDC. Assim, cabia à TIM Nordeste S.A. o ônus de provar que as alegações do autor, ora apelado, não condizem com a verdade, o que não o fez.

Analisando o contexto probatório, vê-se que restou incontroversa a situação vivenciada pelo apelado, com o seu conseqüente prejuízo moral. Sem que desse causa, sujeitou-se a uma situação vexatória e constrangedora, na medida em que restou com restrição creditícia indevida por um serviço que não foi requerido e nem usufruído.

No caso, o comportamento da empresa merece reprovação, porque, em face das circunstâncias concretas do caso, vê-se que ela podia e devia ter agido de outro modo,

mp



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

bastando que tivesse atuado com o zelo e a seriedade necessários ao desenvolvimento de sua atividade, tomando simples e rotineiras providências administrativas.

Desse modo, como realçam os doutrinadores, no dano moral o que se penaliza é a culpa de quem o originou, sendo significativo consignar que, *in casu*, o nexo de causalidade entre o atuar desastrado e reprovável da apelante e o evento danoso experimentado pela apelada está perfeitamente caracterizado.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. DESNECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. IN RE IPSA. DEVER DE INDENIZAR. ELEMENTOS. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. VALOR EXORBITANTE DA INDENIZAÇÃO. NÃO VERIFICAÇÃO. PADRÃO JURISPRUDENCIAL. 1. O dano moral decorrente da inscrição indevida no cadastro de inadimplentes é considerado "in re ipsa", não sendo necessária, portanto, a prova do prejuízo. Precedentes. 2. Para prevalecer a pretensão em sentido contrário à conclusão do tribunal de origem, que reconheceu a existência de elementos indispensáveis para o dever de indenizar, a saber, o dano, a ação culposa do agente, além da relação de causalidade, mister se faz a revisão do conjunto fático-probatório dos autos, o que, como já decidido, é inviabilizado, nesta instância superior, pela Súmula nº 7 desta Corte. 3. A fixação da indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R\$ 8.000,00(oito mil reais). Precedentes. 4. Agravo regimental não provido." (STJ, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 23/04/2013, T3 - TERCEIRA TURMA)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO IN RE IPSA. REVISÃO DE VALOR. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. 1. O Tribunal de origem, apreciando as peculiaridades fáticas da causa, julgou procedente o pedido de indenização por dano moral deduzido em desfavor do agravante, haja vista a inscrição indevida do nome da parte agravada nos cadastros de proteção ao crédito. 2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido da desnecessidade, em hipóteses como a dos autos, de comprovação do dano moral, que decorre do próprio fato da inscrição indevida em órgão de restrição ao crédito, operando-se *in re ipsa*. 3. O entendimento deste Sodalício é pacífico no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. Desse modo, uma vez que o valor estabelecido a título de reparação por danos morais não se apresenta ínfimo ou exagerado, à luz dos critérios adotados por esta Corte, a sua revisão fica obstada pelo enunciado da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo regimental a que se nega provimento". (STJ - AgRg no AREsp: 148267 SP 2012/0034748-6, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 16/10/2012, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/11/2012)

Ademais, pode-se vislumbrar a angústia suportada pelo autor, que teve seu nome indevidamente incluído no rol dos devedores sem estar em débito, até porque inexistente nos autos prova da contratação do serviço pelo apelado que justificasse o lançamento do débito em seu nome, com posterior negativação em órgão de restrição ao crédito. Portanto, caracterizada a ofensa da ré, assinalado está o dano *in re ipsa*, que é presumido, segundo as mais elementares regras da experiência comum.

Nesse sentido, Sérgio Cavalieri Filho leciona:

"Em outras palavras, o dano moral existe *in re ipsa*. Deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, *ipso facto* está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção *hominis* ou *facti* que decorre das regras de experiência comum". (in Programa de Responsabilidade Civil, 5ª ed., 2ª tiragem, 2004, p. 100).

Feitas essas ponderações, passemos então ao exame da fixação do *quantum* decorrente do dano moral sofrido.

A sanção decorrente do dano moral não se resolve numa indenização propriamente dita, já que esta significa a eliminação do prejuízo e das suas consequências, impossível quando se tratar de dano extrapatrimonial. A sua reparação, na realidade, opera-se através de uma compensação, e não de um ressarcimento, pois, impondo ao ofensor a obrigação do pagamento de certa quantia de dinheiro em favor do ofendido, ao mesmo tempo em que agrava o patrimônio daquele, proporciona a este uma reparação satisfativa.

Assim, o *quantum* indenizatório deve seguir os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo fixado num valor que tenha o condão de reparar ou ao

A 83
M

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

menos amenizar o dano e, em contrapartida, inibir o autor da conduta ilícita, evitar que ele volte a violar o direito de outrem.

Sendo assim, o juiz, ao apreciar o caso concreto, fará a entrega da prestação jurisdicional de forma livre e consciente, à luz das provas produzidas. Verificará as peculiaridades de cada caso, o prejuízo sofrido pela vítima, a intensidade da culpa e os demais fatores concorrentes para a fixação do dano.

In casu, entendo que o montante arbitrado pelo juízo *a quo* no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) revela-se adequado tanto em relação à reparação da lesão suportada, quanto à sanção que deve ser imposta à ré, não se afigurando exacerbado. Tal valor é, inclusive, aquém do considerado como razoável e proporcional por esta 4ª Câmara Cível no julgamento de casos semelhantes, não podendo falar em exorbitância.

Nesse sentido:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SPC E SERASA. ATO ILÍCITO. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA. VALOR DESPROPORCIONAL. REDUÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Verifica-se falha na conduta da instituição financeira, aplicando-se o disposto nos artigos 186 e 187 do Código Civil. 2.O apontamento indevido, fundado em impontualidade inexistente, caracterizou-se abuso de direito, devendo a responsável responder objetivamente pela reparação do dano moral causado (art. 37, § 6º, da CF/88). 3.A indenização possui caráter preventivo, com o fito de evitar a reincidência da conduta danosa, bem como punitivo, com a reparação pelo dano sofrido, devendo seu quantum ser fixado com razoabilidade e proporcionalidade, para evitar o enriquecimento sem causa daquele que sofre o dano. 4. Levando-se em consideração as questões fáticas, a extensão do prejuízo, bem como a quantificação da conduta ilícita e capacidade econômica do ofensor, o valor da indenização por danos morais foi reduzido para R\$ 10.000,00 (dez mil reais). 5.À unanimidade, negou-se provimento ao recurso. (TJ-PE - AGV: 2566849 PE 0001310-76.2012.8.17.0000, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 09/02/2012, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 34)

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL PRESUMIDO. DEVER DE INDENIZAR. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. RECURSO ADESIVO. CPC, ART. 511. PREPARO. DESERÇÃO. APELO IMPROVIDO. 1. O defeito na prestação do serviço resultou na aquisição de dívidas em nome da ora apelada e a sua



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

consequente inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. 2. Nos casos de inscrição indevida em cadastros de inadimplentes o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova. Precedentes. 3. O arbitramento da verba indenizatória em R\$10.000,00 (dez mil reais), tal como fixado pelo MM. Juiz de 1ª instância, fez-se de boa monta e com acerto, servindo tanto à repressão do ilícito - para evitar sua reiteração -, como ao conforto da autora. Precedentes do STJ. 4. É cediço que a interposição de recurso adesivo segue as mesmas regras aplicáveis à oferta do recurso principal. Desta feita, o preparo do recurso deve ser comprovado no ato de sua interposição, sob pena de deserção, nos termos do art. 511 do CPC. 5. Recurso adesivo não conhecido e apelo improvido. Decisão unânime. (TJ-PE - APL: 13367620118171110 PE 0001336-76.2011.8.17.1110, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 08/11/2012, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 213)

“DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ABALO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUMENTO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL PARCIALMENTE PROVIDA POR UNANIMIDADE DE VOTOS. 1. Trata-se de dano in re ipsa, que prescinde de prova da ocorrência de prejuízo concreto, o qual se presume, conforme as regras de experiência comum; 2. A inscrição indevida do nome de empresa em cadastro de maus pagadores, basta, por si só, para a concessão de indenização, pois mancha o nome do consumidor e obsta a obtenção de crédito - situações que ultrapassam o mero transtorno; 3. Ao concreto, demonstrada a abusividade do ato praticado pelo Banco apelado levando em conta as condições econômicas da ofendida, e da empresa agressora, Banco de grande porte; considerando principalmente a reprovabilidade da conduta do Apelado, que inscreveu o nome da Apelante no cadastro de inadimplentes da SERASA, o que culminou com a mácula em sua reputação; o caráter coercitivo e pedagógico da indenização; os princípios da proporcionalidade e razoabilidade; tratando-se de dano moral puro; e que a reparação não pode servir de causa a enriquecimento injustificado; é de ser majorado o montante indenizatório fixado na sentença para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que se revela suficiente e condizente com as peculiaridades do caso e aos parâmetros adotados por este Órgão Fracionário e pelo STJ em situações análogas; 4. Os juros moratórios devem contar a partir da citação, em consonância com os artigos 219 do CPC e 405 do CC; 5. Recurso adesivo improvido e Apelo parcialmente provido por unanimidade de votos”; (TJ-PE - APL: 1210511520098170001 PE 0121051-15.2009.8.17.0001, Relator: Francisco Manoel



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Tenório dos Santos, Data de Julgamento: 11/10/2012, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 195)

Assim, considerando os precedentes deste Egrégio Tribunal, tenho que o valor arbitrado pelo julgador de primeiro grau não exacerbou dos parâmetros adotados por este Egrégio Tribunal, razão pela qual entendo deva ser mantido, de forma a atender ao intuito de desestimular a prática de novos ilícitos e garantir o adequado conforto a que faz jus a apelada, com base no art. 944 e seguintes, do CC.

Em seguida, a apelante aduz que o autor agiu como litigante de má-fé, "pois omitiu a verdade dos fatos ao tentar enganar este douto e Honrado juízo alegando que nunca manteve relações comerciais com a empresa demandada, o que comprovadamente não é verdade, tendo em vista as provas colacionadas nos autos do presente processo. Assim, evidente está que a parte autora feriu o princípio da lealdade e da boa-fé, e a lealdade é um dever processual", fls. 67.

Ocorre que as referidas provas colacionadas pela ré são duas impressões de tela de computador, fls. 39/40, que nada provam acerca do alegado.

O artigo 557, §2º do CPC dispõe que: "Quando manifestamente inadmissível ou infundado o agravo, o tribunal condenará o agravante a pagar ao agravado multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor".

Para que a parte seja condenada em litigância de má-fé, os pedidos devem ser infundados ou dessarrazoados, o que não foi observado. Ressalte-se, ainda, que, sem a existência de deslealdade processual, e do efetivo prejuízo para uma das partes, não deve a outra parte ser condenada por litigância de má-fé. No mesmo sentido:

"AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS MORAIS. APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. NÃO COMPROVAÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA. OCORRÊNCIA. DANO MORAL CARACTERIZADO. ABERTURA DE CONTA CORRENTE POR FALSÁRIOS. NEGLIGÊNCIA DO ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO. QUANTUM DE FIXAÇÃO DO DANO MORAL. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PERCENTUAL FIXADO ATENDENDO OS PRESSUPOSTOS DO ART. 20 DO CPC. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CARACTERIZAÇÃO. 1.Se o estabelecimento de crédito não se acautelou das providências para evitar que

186
M

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

falsários, em nome da autora, abrisse conta corrente, com emissão de vários cheques que foram devolvidos por insuficiência de fundo, responde civilmente. 2.O dano moral deve ser fixado com base no princípio da razoabilidade, mostrando-se razoável a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sobretudo, levando-se em conta que se trata de Banco. 3.Os honorários advocatícios devem ser fixados com base no art. 20 do CPC. 4.Para a condenação por litigância de má-fé, indispensável sua comprovação, o que não restou demonstrado nos autos. Recurso de Apelação Improvido. Sentença Mantida". (TJ-PE - APL: 500203798 PE 154121-7, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 01/03/2011, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 56)

Por fim, a apelante sustenta a incidência da SELIC como único fator de correção monetária e juros (fls. 90). Neste ponto assiste razão à TIM Nordeste S.A.

A partir da vigência do novo Código Civil de 2002, em 11/01/2003, aplica-se a taxa que estiver em vigor para a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional que, nos termos da Lei 9.250/95, é a taxa SELIC, senão vejamos o texto legal:

"Art. 406 - Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional".

Uma vez que a taxa SELIC engloba juros de mora e correção monetária, observo, assim, que é devida a aplicação da mesma ao caso concreto. Neste mesmo sentido:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO. ACOLHIMENTO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado. 2. Os valores a serem restituídos pelo banco serão acrescidos de juros remuneratórios de 1% ao mês, corrigidos monetariamente pelo INPC, mais juros de mora de 0,5% ao mês desde a citação e, após a vigência do novo Código Civil, da taxa Selic, índice comum de juros moratórios e correção monetária, na forma do art. 406 do CC. 3. Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes". (EDcl no AgRg no Ag 1316058/GO, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/09/2013, DJe 16/09/2013)

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROTESTO INDEVIDO. RESPONSABILIDADE DO ENDOSSATÁRIO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. OMISSÃO RECONHECIDA. 1. "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento" (Súmula n. 362/STJ). 2. Em caso de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (Súmula n. 54/STJ). 3. Nas condenações posteriores à entrada em vigor do Código Civil de 2002, deve-se aplicar a taxa Selic, que é composta de juros moratórios e de correção monetária. 4. Embargos de declaração parcialmente acolhidos para sanar as omissões existentes". (EDcl no AgRg no AREsp 245.218/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/09/2013, DJe 30/09/2013)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA N. 362/STJ. JUROS DE MORA. SÚMULA N. 54/STJ. TAXA SELIC. 1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 535, I e II, do CPC. 2. O termo inicial da correção monetária incidente sobre a indenização por danos morais é a data do seu arbitramento, consoante dispõe a Súmula n. 362/STJ: "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento". 3. Os juros moratórios, em se tratando de responsabilidade extracontratual, incidem desde a data do evento danoso, na forma da Súmula n. 54/STJ: "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual". 4. As condenações posteriores à entrada em vigor do Código Civil de 2002 devem observar a aplicação da Taxa Selic, que é composta de juros moratórios e correção monetária. 5. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos, para sanar a omissão nos moldes acima delineados, mantendo incólume o acórdão embargado (e-STJ fls. 306/310). (EDcl no AgRg no AREsp 109.928/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 01/04/2013)

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE. JUROS MORATÓRIOS. TAXA SELIC. APLICABILIDADE. - Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. - A incidência da taxa SELIC a título de juros moratórios, a partir da entrada em vigor do atual Código Civil, em janeiro de 2003, exclui a incidência cumulativa de correção monetária, sob pena de bis in idem. - Agravo nos embargos de declaração no agravo de instrumento não provido". (AgRg nos EDcl no Ag 1401515/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2012, DJe 16/04/2012)

Isto posto, meu voto é para DAR PROVIMENTO PARCIAL AO APELO e reformar a sentença apenas no capítulo referente à taxa de juros moratórios, aplicando a taxa SELIC, sem incidência de outro índice de correção monetária, mantendo-se inalterados os seus demais termos.

Findo, *in albis*, o prazo recursal, devolva-se ao juízo de origem.

Publique-se.

Recife,

Des. Evandro Magalhães Melo
Relator Convocado".

Da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo o agravante, em suas razões, elemento apto a modificar o posicionamento adotado pela Relatoria.

Isto posto, o meu voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, mantendo incólume a decisão terminativa ora hostilizada.

Recife, 29.05.14
Marcio Aguiar

Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado